

Aprovada sem louvor

Categories : [Reportagens](#)

Nunca na história deste país, como gosta de dizer o presidente Lula, uma obra de infraestrutura sofreu tantos reveses em tão pouco tempo. Em um período de menos 24 horas, uma batalha judicial se armou nos tribunais do país, do Pará à Brasília, para decidir se seria possível ou não leiloar a energia da usina hidrelétrica de Belo Monte. Uma liminar concedida ontem pela Justiça de Altamira havia barrado a realização do leilão na tarde desta terça, mas a poucos minutos do horário marcado o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) derrubou a decisão e permitiu o leilão.

Os lances foram apresentados em menos de dez minutos e o consórcio liderado pela estatal Chesf obteve o direito de realizar o empreendimento ao oferecer um preço máximo de 78 reais por megawatt hora (MW/h). Belo Monte terá capacidade instalada de aproximadamente 11,6 MW. Vai se tornar a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, apenas atrás de Três Gargantas, na China, e Itaipu Binacional, entre Brasil e Paraguai.

Embora já houvesse informações que o leilão tinha sido bem sucedido, nem o nome do consórcio vencedor, ou preço oferecido por ele tinham sido divulgados. Isso porque uma nova liminar foi obtida graças a uma ação movida pela ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, que argumenta que nos documentos do leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o tamanho do reservatório é 30% maior do que aquele que foi aprovado no licenciamento do Ibama. A confusão só terminou por volta das 16h desta terça, quando a liminar que barrava a divulgação do resultado do leilão foi derrubada, novamente no TRF-1.

O consórcio vencedor foi o Norte Energia, composto pelas empresas Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), Construtora Queiroz Galvão S/A, Galvão Engenharia S/A, Mendes Junior Trading Engenharia S/A, Serveng-Civilsan S/A, J Malucelli Construtora de Obras S/A, Contern Construções e Comércio Ltda, Cetenco Engenharia S/A, e Gaia Energia e Participações. Quem saiu perdendo foi o consórcio Belo Monte Energia, formado por Andrade Gutierrez Participações S/A, Vale S/A, Neoenergia S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, Furnas Centrais Elétricas S/A, e Eletrosul Centrais Elétricas S/A.

Revestida de problemas de viabilidade ambiental e econômica, a usina de Belo Monte contou com uma estratégia pesada do governo federal que garantiu financiamento de 80% da obra através do BNDES e desconto de 75% do Imposto de Renda da empresa ganhadora do leilão. Ainda assim, as duas maiores empreiteiras do país, Odebrecht e Camargo Corrêa, desistiram do leilão afirmando que não havia sustentação econômica para o projeto. O governo estipulou como limite máximo o preço de 83 reais por MW/h.

De última hora

A poucos minutos do meio dia, horário inicialmente marcado para o início do leilão, o TRF-1 cassou a liminar concedida nesta segunda-feira pela Justiça do Pará e que impedia o certame. Na madrugada desta terça-feira, manifestantes do Greenpeace despejaram toneladas de estrume na frente do prédio da Aneel. O estrume sustenta ainda cartazes amarelos onde se lê frases como "Belo Monte de... problemas" e "Belo Monte de ... merda".

A guerra de liminares na Justiça ainda envolveu um outro recurso, que deu a Aneel o direito de impedir que os manifestantes se aproximassesem do prédio onde ocorreu o leilão. A decisão, contudo, não afugentou o Greenpeace, que manteve ativistas acorrentados às grades de entrada do prédio da agência.

Além do Greenpeace, o dia foi movimentado em Brasília com milhares de representantes de movimentos sociais chegando ao setor de autarquias, onde se encontra a sede da Aneel.

Irregularidades